

Demonstrações Contábeis

 **SICOOB**
Coopjustiça

2018

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA
CNPJ 02.000.895/0001-90

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	56.610.169,61	48.178.740,88	CIRCULANTE	78.347.146,92	66.198.115,87
DISPONIBILIDADES	1.639.353,71	254.083,15	DEPÓSITOS	70.801.429,25	57.999.934,53
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	32.512.283,54	26.064.166,21	Depósitos à Vista	7.929.035,80	7.852.281,45
Centralização Financeira - Cooperativas	32.512.283,54	26.064.166,21	Depósitos a Prazo	62.872.393,45	50.147.653,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.033.607,49	20.764.213,85	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	1.592,79
Operações de Crédito	22.235.487,97	20.907.686,75	Recursos em Trânsito de Terceiros	-	1.592,79
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(201.880,48)	(143.472,90)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	-	1.341.901,29
OUTROS CRÉDITOS	314.353,08	1.069.457,64	Empréstimos País - Outras Instituições	-	1.341.901,29
Créditos por Avais e Fianças Honrados	49.121,16	421.092,51	OUTRAS OBRIGAÇÕES	7.545.717,67	6.854.687,26
Rendas a Receber	-	82.823,74	Cobrança e Arrecadação de Tributos	30.413,52	56.376,91
Diversos	296.784,96	864.948,84	Sociais e Estatutárias	3.463.540,15	2.930.619,53
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(31.553,04)	(299.407,45)	Fiscais e Previdenciárias	151.739,60	306.018,35
OUTROS VALORES E BENS	110.571,79	26.820,03	Diversas	3.900.024,40	3.561.672,47
Outros Valores e Bens	945,00	700,00	NÃO CIRCULANTE	1.622.803,03	2.702.206,82
Despesas Antecipadas	109.626,79	26.120,03	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.622.803,03	2.702.206,82
NÃO CIRCULANTE	85.579.262,35	76.829.457,76	DEPÓSITOS	1.622.803,03	1.155.914,74
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	80.364.562,19	71.998.231,49	Depósitos a prazo	1.622.803,03	1.155.914,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	80.364.562,19	71.998.231,49	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	-	1.509.927,70
Operações de Crédito	81.030.817,89	72.495.712,15	Empréstimos País - Outras Instituições	-	1.509.927,70
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(666.255,70)	(497.480,66)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	-	36.364,38
PERMANENTE	5.214.700,16	4.831.226,27	Diversas	-	36.364,38
INVESTIMENTOS	4.856.948,56	4.428.791,82	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.219.482,01	56.107.875,95
Outros Investimentos	4.856.948,56	4.428.791,82	CAPITAL SOCIAL	53.777.595,10	49.057.226,09
IMOBILIZADO DE USO	357.751,60	402.434,45	De Domiciliados no País	53.777.880,30	49.057.936,49
Imóveis de Uso	965.822,53	965.822,53	(Capital a Realizar)	(285,20)	(710,40)
Outras Imobilizações de Uso	1.393.057,96	1.283.741,86	RESERVAS DE SOBRAS	4.718.554,77	4.020.429,99
(Depreciação acumulada)	(2.001.128,89)	(1.847.129,94)	Fundo de Reserva	4.618.554,77	3.920.429,99
TOTAL DO ATIVO	142.189.431,96	125.008.198,64	Reservas para Contingências	100.000,00	100.000,00
			SOBRASACUMULADAS	3.723.332,14	3.030.219,87
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.189.431,96	125.008.198,64

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA
CNPJ 02.000.895/0001-90

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.600.638,03	18.478.839,93	16.965.401,90
Operações de Crédito	9.600.638,03	18.478.839,93	16.956.972,77
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.429,13
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.235.791,62)	(4.460.606,93)	(5.564.525,65)
Operações de Captação no Mercado - Nota 10.c	(2.092.454,02)	(4.046.221,06)	(4.825.794,62)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	(50.643,31)	(239.084,94)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(143.337,60)	(363.742,56)	(499.646,09)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.364.846,41	14.018.233,00	11.400.876,25
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.063.211,89)	(9.364.722,93)	(7.583.753,50)
Receitas de Prestação de Serviços	249.423,01	452.107,75	381.374,84
Rendas de Tarifas Bancárias	94.424,39	180.077,89	152.852,20
Despesas de Pessoal	(2.404.389,84)	(5.051.219,52)	(4.557.744,98)
Outras Despesas Administrativas	(2.080.584,15)	(4.051.676,95)	(3.344.279,50)
Despesas Tributárias	(42.979,42)	(83.737,45)	(68.721,29)
Outros ingressos/rendas operacionais - Nota 16	1.791.955,35	3.277.813,44	4.368.426,28
Outros dispêndios/despesas operacionais - Nota 17	(3.671.061,23)	(4.088.088,09)	(4.515.661,05)
RESULTADO OPERACIONAL	1.301.634,52	4.653.510,07	3.817.122,75
RESULTADO NÃO OPERACIONAL Nota 18	-	655,11	2.051,98
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	1.301.634,52	4.654.165,18	3.819.174,73
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(14.718,70)
Provisão para Contribuição Social	-	-	(16.681,19)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.301.634,52	4.654.165,18	3.787.774,84
F A T E S - Atos Cooperativos - Nota 13.e	-	(232.708,26)	(189.388,74)
Reserva Legal - Nota 13.e	-	(698.124,78)	(568.166,23)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	1.301.634,52	3.723.332,14	3.030.219,87
Juros ao Capital - Nota 15	(3.216.105,98)	(3.216.105,98)	(3.902.787,70)

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA
CNPJ 02.000.895/0001-90

	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	1.301.634,52	4.654.165,18	3.819.174,73
IRPJ / CSLL	-	-	(31.399,89)
Depreciações e Amortizações - Nota 9	70.479,57	153.998,95	166.836,57
Sobras/Perdas do Exercício Ajustado	1.372.114,09	4.808.164,13	3.954.611,41
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	(5.162.420,49)	(9.635.724,34)	(12.221.099,61)
Outros Créditos	495.960,22	755.104,56	(685.972,24)
Outros Valores e Bens	(6.068,58)	(83.751,76)	(24.507,99)
Depósitos a Vista	1.263.622,60	76.754,35	2.470.325,58
Depósitos sob Aviso	(58,74)	4.704,87	(296.109,45)
Depósitos a Prazo	3.809.620,18	13.186.923,79	9.191.281,81
Relações Interdependências	-	(1.592,79)	1.592,79
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(2.851.828,99)	1.840.835,87
Outras Obrigações	1.167.399,30	654.666,03	(155.567,50)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	2.940.168,58	6.913.419,85	4.075.390,67
Aquisição em Investimentos - Nota 8	(356.082,32)	(428.156,74)	(1.410.872,77)
Aquisição em Imobilizado de Uso - Nota 9	(32.981,87)	(109.316,10)	(49.096,73)
Outros Ajustes	-	-	69,00
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(389.064,19)	(537.472,84)	(1.459.900,50)
Aumento por novos aportes de Capital	2.094.838,93	4.481.673,49	4.680.937,44
Devolução de Capital à Cooperados	(2.094.558,08)	(5.885.142,34)	(4.289.671,54)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(56.841,09)	(32.516,36)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	-	(200.000,00)
FATES Sobras Exercício	(232.708,26)	(232.708,26)	(189.388,74)
Subscrição do Juros ao Capital - Nota 15	3.159.088,43	3.159.088,43	3.842.923,61
IRRF sobre Juros ao Capital	(8.629,35)	(8.629,35)	(19.798,93)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	2.918.031,67	1.457.440,88	3.792.485,48
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.469.136,06	7.833.387,89	6.407.975,65
No início do período - (NOTA 3.c)	28.682.501,19	26.318.249,36	19.910.273,71
No fim do período - (NOTA 3.c)	34.151.637,25	34.151.637,25	26.318.249,36
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	5.469.136,06	7.833.387,89	6.407.975,65

Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA
CNPJ 02.000.895/0001-90

	CAPITAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Total
Saldos em 31/12/2016	42.877.001,87	(1.650,00)	2.132.872,33	100.000,00	3.419.391,43	48.527.615,63
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Ao FATES	-	-	-	-	(200.000,00)	(200.000,00)
Constituição de Reservas	-	-	1.219.391,43	-	(1.219.391,43)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(32.516,36)	(32.516,36)
Ao Capital Social	1.967.483,64	-	-	-	(1.967.483,64)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.679.997,84	939,60	-	-	-	4.680.937,44
Por Devolução (-)	(4.289.671,54)	-	-	-	-	(4.289.671,54)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	3.787.774,84	3.787.774,84
Subscrição dos Juros ao Capital - Nota 15	3.842.923,61	-	-	-	-	3.842.923,61
IRRF sobre juros ao capital	(19.798,93)	-	-	-	-	(19.798,93)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva - Nota 13.e	-	-	568.166,23	-	(568.166,23)	-
F A T E S - Nota 13.e	-	-	-	-	(189.388,74)	(189.388,74)
Saldos em 31/12/2017	49.057.936,49	(710,40)	3.920.429,99	100.000,00	3.030.219,87	56.107.875,95
Movimentação de Capital						
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(56.841,09)	(56.841,09)
Ao Capital Social	2.973.378,78	-	-	-	(2.973.378,78)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.481.248,29	425,20	-	-	-	4.481.673,49
Por Devolução (-)	(5.885.142,34)	-	-	-	-	(5.885.142,34)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	4.654.165,18	4.654.165,18
Subscrição dos Juros ao Capital - Nota 15	3.159.088,43	-	-	-	-	3.159.088,43
IRRF sobre juros ao capital	(8.629,35)	-	-	-	-	(8.629,35)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva - Nota 13.e	-	-	698.124,78	-	(698.124,78)	-
F A T E S - Nota 13.e	-	-	-	-	(232.708,26)	(232.708,26)
Saldos em 31/12/2018	53.777.880,30	(285,20)	4.618.554,77	100.000,00	3.723.332,14	62.219.482,01

Notas Explicativas

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LTDA - SICOOB COOPJUSTIÇA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB COOPJUSTIÇA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21/01/1997, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPJUSTIÇA possui 7 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CABO FRIO - RJ, VOLTA REDONDA - RJ, NOVA FRIBURGO - RJ, NITERÓI - RJ, RIO DE JANEIRO - RJ, CÂMPOS DOS GOYTACAZES - RJ e NOVA IGUAÇU - RJ.

O SICOOB COOPJUSTIÇA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 29 de março de 2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	1.639.353,71	254.083,15
Relações interfinanceiras - centralização financeira	32.512.283,54	26.064.166,21
TOTAL	34.151.637,25	26.318.249,36

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Relações interfinanceiras

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	32.512.283,54	26.064.166,21
TOTAL	32.512.283,54	26.064.166,21

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, com rentabilidade de aproximadamente 100% da taxa CDI.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	10.124,46	-	10.124,46	8.087,29
Empréstimos	22.159.945,19	80.963.614,76	103.123.559,95	93.152.973,55
Financiamentos	65.418,32	67.203,13	132.621,45	242.338,06
(-) Provisões para Operações de Crédito	(201.880,48)	(666.255,70)	(868.136,18)	(640.953,56)
TOTAL	22.033.607,49	80.364.562,19	102.398.169,68	92.762.445,34

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.842.165,75	15.230.476,59	80.963.614,76	103.036.257,10
Financiamentos	18.466,96	46.951,36	67.203,13	132.621,45
Conta Corrente	97.427,31	-	-	97.427,31
TOTAL	6.958.060,02	15.277.427,95	81.030.817,89	103.266.305,86

Obs.: Desconsidera a provisão para crédito com liquidação duvidosa.

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2018	% da Carteira
Pessoa Física	97.427,31	103.168.878,55	103.266.305,86	100%
TOTAL	97.427,31	103.168.878,55	103.266.305,86	100%

d) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	29.018.584,91	861,44	-	29.019.446,35	-	27.141.632,09	-
A	0,5%	Normal	58.970.280,69	3.607,65	79.001,24	59.052.889,58	(295.264,67)	60.287.134,10	(301.435,62)
B	1%	Normal	9.245.400,81	37.380,63	-	9.282.781,44	(92.827,81)	2.521.641,86	(25.216,42)
B	1%	Vencidas	300.894,71	-	-	300.894,71	(3.008,95)	674.721,76	(6.747,22)
C	3%	Normal	3.882.431,42	35.341,51	-	3.917.772,93	(117.533,19)	1.799.431,61	(53.982,95)
C	3%	Vencidas	151.603,80	-	-	151.603,80	(4.548,11)	197.542,25	(5.926,27)
D	10%	Normal	983.665,76	11.673,80	-	995.339,56	(99.533,96)	202.414,12	(20.241,41)
D	10%	Vencidas	42.067,09	-	-	42.067,09	(4.206,71)	119.780,43	(11.978,04)
E	30%	Normal	192.182,51	29,78	15.171,11	207.383,40	(62.215,02)	200.760,88	(60.228,26)
E	30%	Vencidas	86.729,64	-	-	86.729,64	(26.018,89)	89.111,77	(26.733,53)
F	50%	Normal	31.986,06	-	-	31.986,06	(15.993,03)	34.804,51	(17.402,26)
F	50%	Vencidas	-	-	-	-	-	38.135,51	(19.067,76)
G	70%	Vencidas	71.758,06	8.532,50	21.127,64	101.418,20	(70.992,74)	14.313,95	(10.019,77)
H	100%	Normal	-	-	-	-	-	6.724,67	(6.724,67)
H	100%	Vencidas	58.671,64	-	17.321,46	75.993,10	(75.993,10)	75.249,39	(75.249,39)
Total Normal			102.324.532,16	88.894,81	94.172,35	102.507.599,32	(683.367,68)	92.194.543,84	(485.231,59)
Total Vencidas			711.724,94	8.532,50	38.449,10	758.706,54	(184.768,50)	1.208.855,06	(155.721,97)
Total Geral			103.036.257,10	97.427,31	132.621,45	103.266.305,86	(868.136,18)	93.403.398,90	(640.953,56)
Provisões			(822.477,88)	(8.601,15)	(37.057,15)	(868.136,18)		(640.953,56)	
Total Líquido			102.213.779,22	88.826,16	95.564,30	102.398.169,68		92.762.445,34	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas, tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(640.953,56)	(485.776,14)
Constituições / Reversões no período	(390.751,95)	(284.412,46)
Transferência / Reversões para prejuízo	163.569,33	129.235,04
TOTAL	(868.136,18)	(640.953,56)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	274.295,94	0,27%	264.656,69	0,20%
10 Maiores Devedores	2.124.200,56	2,00%	2.041.988,11	2,00%
50 Maiores Devedores	8.091.710,25	8,00%	7.554.963,95	8,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	489.509,94	417.591,02
Valor das operações transferidas no período	404.463,35	129.235,04
Valor das operações recuperadas no período	(177.928,21)	(57.316,12)
TOTAL	716.045,08	489.509,94

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 57.982.505,28, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e fianças honrados	49.121,16	421.092,51
Rendas a Receber	-	82.823,74
Adiantamentos e antecipações salariais	18.472,12	7.681,97
Adiantamentos para pagamentos de Nossa Conta	2.460,41	2.120,00
Devedores por Depósitos em Garantia	37.917,38	36.364,38
Impostos e Contribuições a Compensar	2.947,50	-
Títulos e Créditos a Receber	30.963,43	53.139,28
Devedores Diversos – País (a)	204.024,12	765.643,21
(-) Provisões com características de concessão de crédito	(411,26)	(4.106,51)
(-) provisões para avais e fianças honrados (b)	(31.141,78)	(295.300,94)
TOTAL	314.353,08	1.069.457,64

(a) Saldo refere-se a pendências a regularizar de R\$ 28,80, pendências a regularizar Bancoob de R\$ 10.557,20 e empresa conta descontos em folha de R\$ 193.438,12.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 e refere-se substancialmente a provisão sobre os avais e fianças honrados:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E 30% Normal	2.161,56	2.161,56	(648,47)	19.627,44	(5.888,23)
E 30% Vencidas	18.146,48	18.146,48	(5.443,94)	121.069,73	(36.320,92)
F 50% Vencidas	5.729,67	5.729,67	(2.864,84)	34.466,48	(17.233,24)
G 70% Vencidas	2.996,39	2.996,39	(2.097,47)	33.567,72	(23.497,40)
H 100% Vencidas	20.087,06	20.087,06	(20.087,06)	212.361,14	(212.361,14)
Total Normal	2.161,56	2.161,56	(648,47)	19.627,44	(5.888,23)
Total Vencidos	46.959,60	46.959,60	(30.493,31)	401.465,07	(289.412,70)
Total Geral	49.121,16	49.121,16	(31.141,78)	421.092,51	(295.300,94)
Provisões	(31.141,78)	(31.141,78)		(295.300,94)	
Total Líquido	17.979,38	17.979,38		125.791,57	

7. Outros valores e bens

Na conta outros valores e bens, encontram-se registrados os valores de:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	945,00	700,00
Prêmios de Seguros	4.936,91	5.239,75
Processamento de Dados	4.606,72	7.677,88
Vale Transportes	13.319,90	13.202,40
Contribuições a Fundos	86.763,26	-
TOTAL	110.571,79	26.820,03

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	Aquisições	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	4.395.292,81	423.214,91	4.818.507,72
Participações inst financ controlada coop crédito	32.999,00	4.941,83	37.940,83
Outras participações	500,01	-	500,01
TOTAL	4.428.791,82	428.156,74	4.856.948,56

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2017	Aquisições	Depreciação	31/12/2018
Edificações	4%	965.822,53	-	-	965.822,53
(-) Depr. Acum. -Edificações		(834.031,06)	-	(65.757,39)	(899.788,45)
Instalações	10%	53.414,86	-	-	53.414,86
(-) Depr. Acum. -Instalações		(49.811,63)	-	(1.196,38)	(51.008,01)
Móveis e Equip. de uso	10%	425.529,27	44.084,59	-	469.613,86
(-) Depr. Acum. -Móv. Equip. de uso		(322.986,82)	-	(20.404,34)	(343.391,16)
Sistema de Comunicação	10%	29.779,98	-	-	29.779,98
(-) Depr. Acum. -Sist. Comunicação		(24.429,98)	-	-	(24.429,98)
Sistema de processamento de dados	20%	757.124,27	54.019,18	-	811.143,45
(-) Depr. Acum. -Sist. Proc. de Dados		(600.863,35)	-	(63.529,38)	(664.392,73)

Sistema de Segurança	10%	17.893,48	11.212,33	-	29.105,81
(-) Depr. Acum. -Sist. Segurança		(15.007,10)	-	(3.111,46)	(18.118,56)
TOTAL		402.434,45	109.316,10	(153.998,95)	357.751,60

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

a) Composição dos depósitos:

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	7.929.035,80	-	7.852.281,45	-
Depósito Sob Aviso	195.926,95	0,49%	191.222,08	0,54%
Depósito a Prazo	64.299.269,53	0,45%	51.112.345,74	0,50%
TOTAL	72.424.232,28		59.155.849,27	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

b) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	5.365.491,80	8,00%	4.051.789,50	7,00%
10 Maiores Depositantes	19.192.166,84	27,00%	14.707.189,85	25,00%
50 Maiores Depositantes	37.747.433,70	53,00%	27.565.627,08	48,00%

c) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(12.130,59)	(22.824,53)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.934.031,79)	(4.724.851,91)
Despesas de Depósitos Judiciais	(551,12)	(1.034,67)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(99.507,56)	(77.083,51)
TOTAL	(4.046.221,06)	(4.825.794,62)

11. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados – 11.1	30.413,52	56.376,91
Sociais e Estatutárias – 11.2	3.463.540,15	2.930.619,53
Fiscais e Previdenciárias – 11.3	151.739,60	306.018,35
Diversas – 11.4	3.900.024,40	3.598.036,85
TOTAL	7.545.717,67	6.891.051,64

11.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF a recolher	30.413,52	56.376,91
TOTAL	30.413,52	56.376,91

11.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	232.708,26	196.823,25
Cotas de Capital a Pagar (b)	3.230.831,89	2.733.796,28
TOTAL	3.463.540,15	2.930.619,53

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	1.083,01	1.372,35
Impostos e contribuições sobre salários	123.651,85	249.076,53
Outros	27.004,74	55.569,47
TOTAL	151.739,60	306.018,35

11.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	33.325,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	16.516,33	5.652,29
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	320.086,86	328.248,51
Provisão para Passivos Contingentes (a)	-	36.364,38
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	33.070,57	26.888,16
Credores Diversos – País (c)	3.530.350,64	3.167.558,51
TOTAL	3.900.024,40	3.598.036,85

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal R\$ 261.786,30 e outras despesas administrativas R\$ 58.300,56.

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 31/1/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.918.589,29 (R\$ 4.319.619,08 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Saldo refere-se a outros credores diversos de R\$ 2.276,88, pendências a regularizar de R\$ 7.651,40, pagamentos a processar de R\$ 3.212.488,72, pendências a regularizar Bancoob de R\$ 290.581,90 e outros de R\$ 17.351,74.

12. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPJUSTIÇA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	53.777.595,10	49.057.226,09
Associados	6.785	6.745

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 15%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Contingência

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 02 de abril de 2016, a constituição de um fundo no valor de R\$ 100.000,00, específico para prevenção de fraudes internas e externas que venham impactar o resultado da cooperativa, em conformidade com as orientações emanadas do sistema Sicoob ao qual a cooperativa é filiada, visando prevenir ocorrências definidas em regulamento próprio aprovado para seu uso.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18 de abril de 2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 3.030.219,87.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

14. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	436.636,24	366.808,61
Despesas específicas de atos não cooperativos	(330.758,19)	(129.985,53)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(173.224,62)	(131.733,15)
Resultado operacional	(67.346,57)	105.089,93
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	655,11	2.051,98
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(66.691,46)	107.141,91
IRPJ/CSLL	-	(31.399,89)
Outras deduções	(243.272,25)	(165.278,98)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(309.963,71)	(89.536,96)

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

16. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	22.247,61	47.820,70	18.525,45
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	889.093,88	1.681.115,81	1.589.205,69
Outras	1.967,98	39.408,21	1.074.762,73
Outras Rendas Operacionais	878.645,88	1.509.468,72	1.685.932,41
TOTAL	1.791.955,35	3.277.813,44	4.368.426,28

17. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Juros ao Capital	(3.216.105,98)	(3.216.105,98)	(3.902.787,70)
Despesas de Provisões Passivas	(11.409,52)	(11.724,64)	(4.638,44)
Outras Despesas Operacionais	(443.545,73)	(860.257,47)	(608.234,91)
TOTAL	(3.671.061,23)	(4.088.088,09)	(4.515.661,05)

18. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos de Capital	3,19	18.479,13
Outras Rendas não Operacionais	651,92	451,33
(-) Perdas de Capital	0,00	(16.878,48)
Resultado Líquido	655,11	2.051,98

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total
Montante das Operações Ativas	61.668,89	0,10%
Montante das Operações Passivas	9.994.306,31	5,71%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	206,16	(1,03)	0%
Empréstimo	302.920,39	(250,93)	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	179.183,07	2,26%	0%
Depósitos a Prazo	2.808.604,84	4,35%	0,55%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,5%	1,5%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,51%	0,51%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	90,3% do CDI	90,3% do CDI
PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018		
Empréstimos e Financiamentos		0,22%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	14.173,74

f) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(548.350,49)
Encargos Sociais	(116.014,11)
Vale Refeição e Alimentação	(59.112,86)
TOTAL	(723.477,46)

20. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA. - **SICOOB COOPJUSTIÇA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - **SICOOB CENTRAL RIO**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL RIO**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL RIO** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPJUSTIÇA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL RIO** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

21. Gerenciamento de Risco e de Capital

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

21.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

21.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

21.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

21.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

21.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

21.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

22. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimonial	5.118.000,00	5.251.000,00
Valores	220.000,00	180.000,00
TOTAL	5.338.000,00	5.431.000,00

23. Patrimônio de Referência

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n.º 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 60.170.024,14, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2018, com percentual de Índice de Basileia 62,02%.

24. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPJUSTIÇA, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 50.000,00. Essas ações abrangem, basicamente, ações cíveis.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA– SICOOB COOPJUSTIÇA, representado pelos seus membros Juçara de Souza Mero, Luis Carlos Gomes da Silva e Júlio César de Castro Ramos no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conforme determina o artigo 46, inciso VIII do Estatuto Social, com base nas reuniões realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, procedeu ao exame das demonstrações contábeis verificando as rotinas operacionais, de crédito, de controle e limites definidos pelo Banco Central, sendo apurado que: a Cooperativa encerrou o ano de 2018 com o patrimônio de referência (PR) no valor de R\$ 60.170.024; a provisão para risco de crédito encontra-se contabilizada corretamente e com valores adequados em comparação com Sistema Financeiro Nacional (SFN) e Sistema SICOOB; verifica-se que a liquidez da Cooperativa tem nível satisfatório e que aderiu às políticas de Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco Operacional do sistema SICOOB; não foi identificada ocorrência de eventos relevantes que modifiquem a situação patrimonial e financeira após o encerramento do Balanço Geral do exercício; a Cooperativa encontra-se em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

O SICOOB COOPJUSTIÇA apresentou Resultado Bruto do exercício social de 2018 de R\$7.870.271,16, do qual R\$3.216.105,98 foi destinado para Juros ao Capital, R\$232.708,26 para o FATES, R\$698.124,78 para o Fundo de Reserva, gerando sobras líquidas de R\$3.723.332,14.

O Conselho Fiscal com base no exposto acima, após minucioso exame das Demonstrações Financeiras e Contábeis, incluindo o Balanço Geral, conclui que foram elaboradas de acordo com as normas vigentes e refletindo as operações realizadas. Assim sendo, somos de parecer favorável e encaminhamos as mesmas para que sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 21 de Março de 2019.

Luis Carlos Gomes da Silva
Conselheiro Efetivo

Julio Cesar de Castro Ramos
Conselheiro Efetivo

Juçara de Souza Mero
Conselheira Efetiva

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda – SICOOB COOPJUSTIÇA
Rio de Janeiro/RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda – SICOOB COOPJUSTIÇA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda – SICOOB COOPJUSTIÇA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Edimilson Artilha Vieira
Contador – CRC – SP 280575/O
RJ - CNAI 4.726



www.sicoob.coopjustica.org.br

[f/SicoobCoopjustica](#) [e/@coopjustica](#)